



**Dr. Sebastião Cezar  
Mendes Tramontin**

*é Diretor de Defesa  
Profissional do CBR*

Os médicos dedicam-se inteiramente ao exercício de sua profissão como nenhum outro profissional o faz. A sociedade aceita até o abandono da família em prol do bom desempenho e da total dedicação ao exercício da Medicina. A ausência do pai ou da mãe médica na educação dos filhos, festas familiares ou sociais são faltas plenamente justificáveis, desde que isto ocorra pela entrega do médico para atender a saúde dos pacientes. Tal justificativa se aplica até mesmo para o profissional ausentar-se para tratar da sua própria saúde.

O interesse pela política de saúde no Brasil deve ser despertado novamente nos médicos. Estes, motivados, devem ser direcionados para o desenvolvimento de um trabalho voltado para defender os interesses da população e dos profissionais da saúde. O que temos visto e sentido é que quando uma liderança médica se destaca, ela é logo abocanhada por um grande grupo, ou mesmo pelo governo. Projetos ou idéias que viriam em

## Médico com responsabilidade

**A saúde não é tratada como prioridade no nosso país, e nós, médicos, fazemos parte desse contexto e devemos assumir nossa parcela de responsabilidade. Há muitos anos, infelizmente, estamos cada vez mais nos distanciando das discussões e decisões relativas àquilo que é a essência da razão de nossas vidas.**

benefício de todos acabam sendo dirigidos para alguns ou apenas um determinado segmento da sociedade. Exemplo disso foi a criação da CPMF cujo objetivo era financiar a Saúde, pelo então Ministro Adib Jatene, e que foi desviada não chegando a atingir os seus objetivos iniciais.

Diretamente em nossa especialidade, quando da importação dos equipamentos ou no exercício da profissão propriamente dito, sofremos pesada tributação em diferentes níveis o que ajuda a onerar o custo da saúde para a população. A participação da medicina privada ainda é o segmento mais importante na maioria dos Estados brasileiros na nossa área.

No Brasil, a tributação se dá de forma original em relação a outras nações. Aqui os impostos são calculados sobre o faturamento de nossas empresas, independente se temos ou não lucro. Se tivermos, deste lucro, a prefeitura e o governo federal ficam com quase metade. E o que nos oferecem em contrapartida? Serviços públicos inexistentes com saúde pública muito aquém das necessidades básicas da população, transferindo esta responsabilidade para a iniciativa privada, que arca ainda com as obrigações trabalhistas, tributárias e responsabilidade civil.

O que sobra após o pagamento das

obrigações tributárias fica para remunerar o trabalho, atualização científica, gerar empregos, proporcionar segurança, manter a qualidade e a crescente atualização de nossos equipamentos que é feita, como todos sabemos, em moeda estrangeira.

A mudança do estado atual para uma realidade de priorização e respeito à saúde depende também de nós. Com tantas denúncias envolvendo o Congresso e nossos dirigentes de maneira geral, é chegada a hora de colocar nos cargos públicos pessoas que tenham a nossa cara e o compromisso de proporcionar o bem-estar da população.

O alerta e os esclarecimentos acima são necessários. A Diretoria de Defesa Profissional do CBR está e sempre esteve preocupada com o nosso futuro, porém somente a preocupação não basta. Por isso nesta coluna há sempre a convocação e o pedido de opinião para que possamos evitar prejuízos desnecessários.

Espero a participação de todos, no dia 12 de outubro, por ocasião do XXXV Congresso Brasileiro de Radiologia em Curitiba, no “Módulo de Gestão”, para discutirmos estes e outros assuntos de interesse direto para a boa administração de nossas empresas e cujo programa pode ser consultado no site: [www.cbr2006.com.br](http://www.cbr2006.com.br).